

HABEAS CORPUS Nº 523.163 - RJ (2019/0215903-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : GILCIMAR PEREIRA DE SOUZA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LINEKER LOUREIRO DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LINEKER LOUREIRO DE OLIVEIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou o *writ* de origem, em acórdão assim ementado (fl. 36/37):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. ORDEM DENEGADA.

Habeas corpus que questiona a higidez da prisão preventiva do paciente, que responde a ação penal pela prática de tráfico de drogas e associação para o tráfico, em concurso com 28 corréus. Decisão que fundamentou a necessidade da prisão na atuação do grupo criminoso na comarca, sendo o paciente conhecido por seu envolvimento com o tráfico de drogas, como demonstrado em diversas conversas telefônicas gravadas e relatadas em laudo acostado aos autos.

Prisão preventiva com fundamento na necessidade de garantia da ordem pública. Associação para o tráfico. Crime que, por sua natureza, ostenta características de continuidade. Necessidade de e interromper a atuação do grupo criminoso na prática reiterada de ações delituosas.

Fundamentação idônea e suficiente para a prisão preventiva.

Medidas cautelares do artigo 319 do Código de Processo Penal que se revelam insuficientes para a garantia da ordem pública. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

Constrangimento ilegal inexistente. Denegação da ordem. Unânime.

O paciente responde pela prática do delito tipificado no art. 35 da Lei 11.343/2006.

O impetrante sustenta, em síntese, a ausência dos requisitos para a decretação da prisão preventiva e falta de fundamentação.

Aduz, ainda, que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis.

Nesse sentido, requer a revogação da prisão preventiva ou a imposição de medidas cautelares alternativas.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público

manifestou-se pela denegação do *habeas corpus*.

Na origem, o processo 0000699-74.2019.8.19.0016 encontra-se em fase de instrução, com audiência designada para o dia 4/12/2019, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo*, consultadas em 28/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional foi assim fundamentado (fl. 129/130):

O Ministério Público requer a conversão para prisão preventiva dos investigados BRUNO SANTIAGO DE SOUZA, ADRIANA SANTIAGO DE MEDEIROS, LEVI DE CASTRO SOUZA MOZER, LEONARDO OLIVEIRA DO ROSÁRIO, LUCAS VENÂNCIO DOS PRAZERES, JOSÉ RICARDO DE FREITAS, CARLOS ALEXANDRE RIBEIRO SILVEIRA, FABIANO DE FREITAS ARRUDA, CRISTIANO DE FREITAS ARRUDA, ALAN FELIPE CRUZ SILVA, FERNANDO FERNANDES DA SILVA, LINEKER LOUREIRO DE OLIVEIRA e WGRENGELC OLIVEIRA ROSA que estão, até o momento, presos temporariamente. Quer parecer ao Juízo que o pedido merece ser acolhido. A decretação das prisões temporárias teve por objetivo possibilitar a colheita de provas em sede policial sem que os investigados pudessem interferir ou dificultar a atividade investigativa da polícia judiciária. **A Operação Policial 'Cidade Bela', que envolveu escuta telefônica devidamente autorizada, possibilitou fossem desarticuladas quadrilhas dedicadas ao tráfico ilícito de entorpecente nesta Cidade, especialmente nos bairros Botafogo e Morro do Estado, com ramificações nas cidades de Além Paraíba e Duas Barras.** Somente com esse dedicado trabalho da polícia investigativa foram viabilizadas importantes prisões em flagrante e apreensão de entorpecente que seriam entregues e distribuídos pelos investigados. Conforme relatório da autoridade policial há inúmeras transcrições e resumos das declarações e diálogos dos envolvidos que evidenciam os indícios de autoria e materialidade. **Mostra-se necessária a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública em face das circunstâncias do caso que, pelas características delineadas, retratam, in concreto, periculosidade dos agentes.** As investigações (notadamente as interceptações telefônicas que se estenderam por cinco meses, num total de quatro períodos quinzenais, finalizando em aproximadamente 7.000 mil contatos entre ligações e mensagens de texto) mostraram que **há bastante tempo os indiciados vêm atuando na cidade, fazendo-o de modo bastante típico utilizando-se de diversas 'mulas' ou 'vapores'. Foi possível, inclusive, a identificação de um menor, JORDAN, vulgo 'Dandan'**

atuando como 'vapor' para FABIANO. Somente o criterioso trabalho policial conseguiu desvendar **o *modus operandi* para a prática do delito, a extensão da atividade desenvolvida e a especial gravidade da conduta (a droga traficada em sua grande maioria é a cocaína).** A manutenção do encarceramento é a única forma de garantir a ordem pública e interromper a atividade criminosa. Conforme descrito pelo Ministério Público e pela Autoridade Policial, alguns indiciados não têm residência fixa na Comarca de Carmo, não possuem ocupação lícita e, ao que parece, fazem do crime o seu meio de vida. E de destacar que o indiciado BRUNO está preso, mas mesmo assim, de dentro do presídio, comanda o organiza o tráfico de drogas nesta cidade. Pelos motivos expostos e presentes o *fumus commissi delicti* e o *periculum in libertatis* (requisitos indispensáveis à custódia cautelar) **CONVERTO A PRISÃO TEMPORÁRIA dos indiciados em PRISÃO PREVENTIVA**, a fim de garantir o êxito da instrução criminal. Expeçam-se os necessários mandados de prisão. Expeça-se Alvará de Soltura para PAULA CRISTINA MORAES MARTINS.

Como se vê, consta do decreto prisional fundamentação que deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, consubstanciada na garantia da ordem pública, tendo em vista a indicação de que o paciente é membro de grupo criminoso habitualmente envolvido com o tráfico de drogas, ramificado por diversas localidades, *utilizando-se de diversas 'mulas' ou 'vapores'*. *Foi possível, inclusive, a identificação de um menor, JORDAN, vulgo 'Dandan' atuando como 'vapor' para FABIANO.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Esta Corte tem compreendido que a prática do delito com envolvimento de adolescente constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 312.760/MG – 5ª T. –

Superior Tribunal de Justiça

unânime – Rel. Min. Jorge Mussi – DJe 25/05/2015; RHC n. 38.586/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 23/08/2013 e HC N. 438.685 – 6ª T. – unânime – de minha relatoria.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator